SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

Fundada em 8 de junho de 1948 • Decreto Federal de Utilidade Pública nº 67092/70

A SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA é a maior associação científica do Brasil.

Seus objetivos são:

a) contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País;
b) promover e facilitar a cooperação entre os pesquisadores;
c) zelar pela manutenção de elevado padrão de ética entre os cientistas;
d) defender os interesses dos cientistas, tendo em vista o reconhecimento de sua operosidade, do respeito pela sua pessoa, de sua liberdade de pesquisa, de opinião, do direito aos meios necessários à realização do seu trabalho;
e) lutar pela remoção de empecilhos e incompreensões que embaracem o progresso da ciência;
f) lutar pela efetiva participação da SBPC tomando posição em questões da política científica e programas de desenvolvimento científico e tecnológico que atendam aos reais interesses do País;
g) congregar pessoas e instituições interessadas no progresso e difusão da ciência;
h) apoiar associações que visem objetivos semelhantes;
i) representar aos poderes públicos ou a entidades particulares solicitando medidas referentes aos objetivos da Sociedade;
j) incentivar e estimular o interesse do público com relação à ciência e à cultura;
k) outros objetivos que não colidam com os Estatutos da SBPC.

PRESIDENTES DE HONRA
Henrique da Rocha Lima †, Henrique Beaurepaire de Aragão †, Álvaro Osório de Almeida †, Miguel Osório de Almeida †, Heinrich Rheinboldt †, Jorge Americano †, José Baeta Vianna †, Lauro Travassos †, Francisco João Maffei †, Anísio Teixeira †, Adolpho M. Penha †, Maurício Rocha e Silva †, Simão Mathias, José Reis, Warwick E. Kerr, Oscar Sala, Wilson Teixeira Beraldo e José Goldemberg.

DIRETORIA (1983-1985)
Presidente: Crodowaldo Pavan, Vice-Presidente Aziz Ab'Saber e Carolina Martuscelli Bori, Secretário Geral: Ademar Freire-Maia, Secretários: Igor I. Gil. Pacca, João Lúcio Azevedo e Octávio Guilherme Cardoso Alves Velho, 1º Tesoureiro: André Luiz P. Perondini, 2º Tesoureiro: Antonio Carlos Stort.

CONSELHO
Membros Efetivos: Warwick E. Kerr, Simão Mathias, José Reis, Oscar Sala, Wilson Teixeira Beraldo e José Goldemberg.
(1981-1985): Região a: Horário Schneider; **Região b:** Francisco de Assis Fernandes Carvalho; **Região c:** Alberto José Centeno, Carlos Ribeiro Diniz, Eduardo Cisalpino, Lineu Freire-Maia, Lúcio Antonio de Oliveira Campos; **Região d:** Rogério de Oliveira; **Região e:** Antonio Cândido de Mello e Souza, Carminda da Cruz Landim, Catarina S. Takahashi, Francisco Jerônimo Salles Lara, José G. Tundisi, Lourival Carmo Monaco, Moacir Antonio Mestriner, Sergio Henrique Ferreira, Sonia M. C. Dietrich, Walter Colli, Wilham Jorge, William José da Silva, Willy Beçak; **Região f:** Eleidi A. Freire-Maia, Francisco Antonio Marçalo, Israel Roisemberg. **(1983-1987): Região a:** José Seixas Lourenço, Maurício Araujo Mendonça, Miguel Petrere Junior; **Região b:** Antonio Euzébio G. Sant'Ana, Geovana Novaes, Jovianiano S. de Carvalho Neto, Maria das Graças Medeiros, Vilna Vasconcelos Maia Furtado; **Região c:** Angelo Barbosa Machado, Celina Roitman, Edmar Chartone de Souza, Giovanni Guazzinelli; **Região d:** Antonio Cesar Olinto, Carlos Chagas Filho, Carlos Médicis Morel, Ennio Candotti, Gilberto Cardoso Alves Velho, Lauro de Oliveira Lima, Roberto Lent; **Região e:** Alba de Campos Lavras, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Gianotti, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Paulo Emílio Vanzolini, Sérgio Mascarenhas de Oliveira; **Região f:** Edmundo Kanan Marques, Flávio Lewgoy, Helga Winge, Newton Freire-Maia, Walter Celso de Lima.

SECRETÁRIOS REGIONAIS (BIÊNIO 1984-1985)
ACRE – Luiz Rubens Piedade (Rio Branco); ALAGOAS – Radjalma Jackson de Albuquerque Cavalcante (Maceió); AMAZONAS – Maria Lúcia Absy (Manaus); BAHIA – Luiz Erlon Araújo Rodrigues (Salvador); CEARÁ – Eduardo Diatay Bezerra de Menezes (Fortaleza); DISTRITO FEDERAL – José Maria G. de Almeida Júnior (Brasília); ESPÍRITO SANTO – Rodrigo Roque L. de Castro (Vitória); GOIÁS – José Valter C. Pélico (Goiânia); MARANHÃO – Laércio Elias Pereira (São Luís); MATO GROSSO – Miramy Macedo (Cuiabá); MINAS GERAIS – José Rabelo de Freitas (Belo Horizonte); PARÁ – Antonio Carlos Magalhães Lourenço dos Santos (Belém); PARAÍBA – Lauro Xavier Filho (João Pessoa); PARANÁ – Carlos Roberto Appoloni (Londrina); PERNAMBUCO – Silvio José de Macedo (Recife); RIO DE JANEIRO – Adilson de Oliveira (Rio de Janeiro); RIO GRANDE DO NORTE – Lúcio Flávio de Souza Moreira (Natal); RIO GRANDE DO SUL – Fernando Dias de Ávila Pires (Porto Alegre); SANTA CATARINA – Norma Odebrecht (Blumenau); SÃO PAULO – Subárea I Roque Monteleone Neto (São Paulo); Subárea II Paulo Sodero Martins (Piracicaba); Subárea III Maria Neysa Silva Stort (Rio Claro); SERGIPE – Gizelda Santana Morais (Aracaju).

UNIVERSIDADE BRASILEIRA: ORGANIZAÇÃO E PROBLEMAS

Organizadores

Carolina M. Bori
Ennio Candotti
Fernando Galembeck
José Albertinho Rodrigues
Simon Schwarzman

São Paulo, junho de 1985.

confessionais de ensino. Argumentam elas com a heterogeneidade dessas instituições, nas quais haveria setores empenhados em "converter-se" aos interesses das classes populares, particularmente os que procuram fazer uma "opção preferencial pelos pobres". Estes setores estariam aliados a grupos liberais e de esquerda, engajados na luta pela construção de uma sociedade democrática em nosso país, razão pela qual seus interesses, em matéria de ensino, deveriam ser poupados. Assim, para as instituições confessionais de ensino superior — e só para elas — valeria a identificação entre o não estatal e o público.

A esta argumentação tenho respondido que não se trata de "pagar" aos setores religiosos progressistas nessa "moeda". Até porque, ao que eu saiba, eles se engajaram naquela luta por suas próprias convicções, não por visarem tal "retribuição".

Além do mais, em que pese à heterogeneidade das instituições religiosas, o apoio a uns setores acaba por reforçar outros, particularmente em se tratando da Igreja Católica, cuja capacidade de compor e recompor sua própria diferenciação interna tem sido a razão principal de sua sobrevivência por dois milênios, atravessando o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e — quem sabe? — o socialismo.

O que fazer com a Universidade?

SIMON SCHWARTZMAN – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

O QUE FAZER COM A UNIVERSIDADE?

A última greve das universidades autárquicas federais parece ter contribuído para um clima de desalento que vem há muito afetando nosso sistema de ensino superior. Todos sabem que as coisas andam mal, mas ninguém sabe muito bem o que fazer a respeito. O objetivo deste artigo é tratar de chamar a atenção para alguns pontos críticos e sugestões concretas que, quem sabe, podem ajudar a levantar a discussão e encaminhá-la para medidas mais concretas.

OS FALSOS PROBLEMAS

A discussão sobre a crise do sistema universitário tende a se concentrar em duas questões sem dúvida importantes, mas que parecem tocar somente a superfície dos problemas. Uma é a questão financeira. É claro que a Universidade precisa de mais dinheiro, e que a responsabilidade pela educação em todos os níveis deve ser do setor público, já que é impossível esperar que os próprios alunos, por mais ricos que sejam, tenham condições de cobrir os custos da educação superior (isto não ocorre em nenhum lugar do mundo). É claro também que a Universidade exige formas de organização interna e de escolha de suas autoridades que garantam a escolha de dirigentes com prestígio e legitimidade entre os diversos setores da comunidade universitária, e um compromisso ético com os valores educacionais e acadêmicos. Infelizmente, ninguém garante que, com mais dinheiro, a atual Universidade brasileira teria condições de resolver as crises mais fundamentais que a afetam; e nenhuma forma de poder interno — nem os mais autoritários, nem os mais participativos — são uma garantia neste sentido. Enquanto a discussão da questão universitária se limitar a estes dois itens, estaremos em um beco sem saída: a Universidade continuará com pouca legitimidade e, por isto, sem muitas condições de conseguir mais recursos da sociedade que a sustenta; e o confronto entre as propostas autoritárias e mobilizadoras de direção interna só contribuirá para agravar cada vez mais seus problemas.

Um terceiro falso problema é o da estrutura organizacional. Existem no mundo muitas formas distintas de universidades, e para cada forma existem as boas e as más. Inúmeros estudos já demonstraram que existe pouca relação entre o que acontece realmente em organizações deste tipo e o que está dito ou é pretendido pelo seu organograma. Em outras palavras, por mais dor de cabeça que a reforma de 1968 tenha trazido ao ensino superior brasileiro, os problemas não vêm dela, e nem se resolveriam com a volta ao sistema anterior ou ou a implantação de uma nova reforma administrativa e organizacional. É claro, no entanto, que mudanças organizacionais podem ser necessárias, se os problemas mais profundos das universidades forem enfrentados.

OS PROBLEMAS REAIS

Quais são as questões mais de fundo, que afetam a Universidade ou, de maneira mais geral, o sistema de educação superior brasileiro? Ela começa com uma confusão semântica que não é casual: no Brasil fala-se de "Universidade" para designar todo o sistema de ensino superior de terceiro grau. Na realidade, sabemos que só uma pe-

quena parte deste sistema é formada realmente por Universidades, e só algumas destas mereceriam de fato este nome. Esta confusão se explica pelo fato de que todos – professores, alunos, administradores – gostariam que suas escolas e os títulos acadêmicos dados por elas tivessem o prestígio e o reconhecimento que a palavra "Universidade" traz. Entretanto, ainda que o termo continue a ser usado (como este próprio artigo o faz), é claro que as funções básicas que, nos diversos tempos e países, as universidades desempenhavam; já não conseguem ser cumpridas de forma adequada entre nós. São estas, pois, as bases da crise:

a) *A Universidade está deixando de ser um canal de mobilidade e ascenso social.*

Por muitos anos, no Brasil como em outras partes, a expansão do sistema universitário foi concomitante à expansão dos centros urbanos, ao desenvolvimento da indústria, das grandes burocracias estatais, do comércio, transportes e outras formas de serviço. A Universidade funcionava como um mecanismo de seleção – e em certa medida, de treinamento – para pessoas ocuparem estes lugares. Ainda que se mantivesse, durante todo o tempo, uma alta correlação entre origem social e sucesso posterior na carreira universitária, o fato é que a sociedade se expandia, os empregos aumentavam, havia mais oportunidades.

Hoje, no entanto, ao mesmo tempo em que a a Universidade atingiu grande expansão, democratizando em boa medida – as possibilidades de acesso, seu efeito de mobilidade – e, conseqüentemente de distribuição de oportunidades – diminuiu. A conseqüência foi, por um lado, a criação de novos sistemas de estratificação dentro da Unviersidade, através dos centros de pós-graduação e da identificação das escolas de elite; e, por outro, uma certa desmoralização geral de todo o sistema, pela ausência de perspectivas para os estudantes.

b) *A universidade não é mais um centro de formação de elites.*

No passado, o acesso à Universidade era restrito às classes mais altas, e ela de alguma forma servia para o treinamento de suas elites. Um dos ideais da criação das universidades foi a formação de novas elites, recrutadas não pela origem social de seus membros, mas pela competência e dedicação de seus membros, reveladas pelo desempenho na vida universitária. Este ideal de uma nova meritocracia acabou sendo minado pela especialização das diferentes profissões, que terminaram com o tipo de educação universalista que era antes proporcionada em pelo menos alguns dos melhores centros universitários. A própria massificação do ensino superior também contribuiu para que esta função clássica fosse em grande parte abandonada.

Há quem não considere isto um mal, e condene como "elitista" esta preocupação com formação de elites. No entanto, todas as sociedades necessitam de lugares onde suas elites dirigentes sejam formadas e é melhor que isto se faça de forma pública e explícita do que de forma oculta, restrita a um pequeno número de privilegiados, e incompetentemente.

c) *A Universidade está deixando de ser um centro de formação profissional.*

Por muitos anos, todo o sistema universitário brasileiro esteve apoiado na premissa de que a Universidade proporcionaria um *ensino profissional* especializado, ao qual corresponderiam *privilégios profissionais* específicos (direito exclusivo de exercer a profissão) e *empregos bem remunerados.* O próprio subdesenvolvimento do país parecia mostrar que a capacidade de absorção de profissionais de nível universitário no mercado de trabalho era praticamente infinita.

Estas três premissas estão hoje prejudicadas. 1) Há um contraste crescente entre a *rigidez e burocratização dos currículos universitários* e os *requisitos técnicos* da atividade profissional, e poucos são os cursos que preparam efetivamente os profissionais para a vida e o trabalho. O que prevalece é o treinamento no próprio trabalho, e a *experiência prévia* é hoje um requisito indispensável para conseguir-se um emprego; o diploma vale cada vez menos. 2) O monopólio profissional levou à proliferação das "profissões regulamentadas" que, no Brasil, hoje, são talvez em maior quantidade do que em qualquer outra parte do mundo. Para as "novas profissões", as regulamentações dificilmente funcionam; e, quando o fazem, só contribuem para dar privilégios a portadores de diplomas, em detrimento de pessoas de qualificação muitas vezes igual ou superior, mas sem a credencial adequada. É possível dizer que este sistema, que teria por objetivo incentivar o ensino superior e criar mecanismos de auto-regulação para as diversas profissões, terminou em um sistema de privilégios corporativos ou perdeu, simplemente, a eficácia. 3) Finalmente, os bons em-

pregos e posições sociais de prestígio para os formados pelas universidades existem cada vez menos. O ideal do "profissional liberal" supõe uma sociedade rica que o sustente e compre seus serviços; mas eixstem hoje muito mais profissionais vendendo os serviços do que riqueza para comprá-los. A própria competitividade dentro das profissões começa a fazer ruir os preços de serviços até então fixados oligopolisticamente. Além disto, a criação de grandes empresas para a prestação de serviços de nível superior vai transformando os universitários em um exército de trabalhadores de colarinho branco, funcionários, sem o lustro dos profissionais liberais de antigamente.

d) *A função de pesquisa se torna cada vez mais difícil na Universidade.*

Apesar de a Universidade concentrar o maior número de pesquisadores qualificados no país, a verdade é que ela tende a ter cada vez maior dificuldade em desempenhar esta função. (Não é verdade, como pensam muitos, que em países mais desenvolvidos a pesquisa científica tende a se colocar necessariamente fora da Universidade. Nos Estados Unidos, por exemplo, a maior parte da pesquisa tecnológica se faz de fato fora das universidades, mas estas concentram o maior esforço de pesquisa científica mais básica, abrigando, inclusive, o maior número de PhDs do que o setor governamental ou privado, mas não o de engenheiros e tecnólogos). Primeiro, porque as pesquisas científicas são cada vez mais caras, exigem equipamentos complicados, pessoal especializado etc., e a Universidade não tem estes recursos. Segundo, porque a profissionalização crescente da atividade de pesquisa tende a afastar o pesquisador do ensino. Terceiro, porque a Universidade quase não tem mecanismos adequados para premiar e fortalecer o pesquisador mais talentoso e afastar o medíocre e o incompetente. Faltam-lhe, em geral, padrões internos de avaliação e mecanismos adequados para colocar estes padrões em ação. Isto, do ponto de vista da pesquisa, é funesto. Quarto, porque, com poucas exceções, as universidades têm muitas dificuldades em estabelecer relações adequadas com o setor produtivo e de serviços, que poderiam absorver os resultados mais aplicados de suas pesquisas. Ou ela é lenta, desinteressada e não responde de foma adequada às demandas destes setores, ou ela se deixa, em alguns casos, transformar em mera prestadora de serviços, perdendo de vista seus objetivos edueacionais e formativos de longo prazo.

e) Finalmente, a função de *extensão,* de serviços prestados à sociedade ambiente, dificilmente é cumprida na Universidade, voltada quase que exclusivamente para seus problemas internos e sua sobrevivência quotidiana, em meio a tantas dificuldades e vicissitudes.

EXISTE ALGUMA SAÍDA?

Este é um quadro intencionalmente dramático e sem dúvida extremo: é claro que existem muitas exceções a tudo o que foi dito aqui. No entanto, estas são as tendências mais gerais e dominantes, e mesmo as exceções tendem freqüentemente a ter duração limitada, e voltam a cair na vala comum dos problemas de nosso ensino superior.

Existem duas conclusões mais gerais, a que podemos chegar a partir daí. A primeira é que os problemas da Universidade e do ensino superior brasileiro não decorrem exclusivamente da atual crise econômica nem do regime político em que vivemos. É uma crise que tem raízes profundas na própria concepção que todos temos, ou tínhamos, de nosso sistema universitário, dos objetivos que neles buscamos, e que agora se frustram de maneira tão abrangente.

A segunda, corolário da anterior, é que é indispensável repensar profundamente nosso sistema de ensino superior, a partir de suas premissas mais básicas, e tratar de *revolucioná-lo* por dentro para que ele possa jogar um papel mais decisivo nas transformações que o país exige – e não esperar, simplesmente, que ele seja transformado *de fora.*

Não haveria espaço nem condições de apresentar aqui o que seria esta revolução por dentro. O que possível, no entanto, é sugerir um cenário do que seria uma Universidade bem sucedida em nosso meio. Ela deveria ser uma opção de trabalho e de vida para quem realmente se interessasse pelos estudos e pesquisas de nível superior, sem que a isto correspondessem privilégios especiais. Ela deveria ser extremamente zelosa da qualidade de seus professores, alunos, cursos, trabalhos. Ela deveria desistir da pretensão de formar todos os profissionais, de conduzir todas as pesquisas e voltar-se novamente para um tipo de formação básica, generalista, que formasse pessoas polivalentes e com capacidade de adaptação. Ela deveria combi-

nar uma grande puralidade de formas de organização administrativa e didática, liberta de currículos mínimos, conselhos federais reguladores e privilégios corporativos. Ela deveria permitir ampla circulação de seus professores com o meio industrial, com as agências governamentais, com os cursos de formação profissional. Ela deveria ser o centro de geração e circulação de idéias, propostas e estilos de trabalho e atuação em todas as áreas de vida pública. Ela deveria ser possivelmente menor do que é hoje.

Talvez o mais importante seja que a Universidade deveria deixar de ser a imagem de um *privilégio* – o que, para o bem ou para o mal, ela já deixou de fato de ser – e se transformar, simplesmente, em uma *opção*. Que os custos de passar por ela – não os custos econômicos, mas os de dedicação, esforço etc. – sejam suficientemente altos para que ela deixe de ser uma simples etapa na vida dos jovens de classe média, ou que a ela aspirem. Que haja outras opções, igualmente válidas e prestigiadas socialmente, para suas diversas funções. Com isto, a Universidade deixaria, talvez, de ter a grande importância que ela aparentemente tem – mas de fato está perdendo – e poderia se reencontrar, mais adiante, de forma mais modesta, talvez, mas também mais verdadeira.

PROBLEMAS E PROPOSTAS

Como subsídio para a discussão, são apresentados abaixo alguns dos problemas que parecem mais cruciais em relação ao ensino superior brasileiro, e algumas propostas de encaminhamento.

Como reintroduzir o sistema de mérito?

Sem um sistema de mérito adequado, o sistema de ensino superior perde sua razão de ser, seus professores e alunos perdem o direito aos privilégios que têm: quatro meses de férias ao ano, salários superiores ao do resto de funcionalismo, liberdade de controles burocráticos (relógio de ponto etc.) e outros, para os professores do sistema público; ensino gratuito ou subsidiado, para os alunos; prestígio e privilégio profissionais, para os formados. Além disto, a Universidade perde sua legitimidade ao pedir ao resto da sociedade que a sustente.

Propostas: implantação de um sistema dual de carreiras, com promoções horizontais (antigüidade) e verticais (mérito). Parte do mérito pode ser aferido pelo desempenho dos professores em atividades de pesquisa (veja o item correspondente); parte por outros mecanismos a serem criados para a avaliação do desempenho docente.

Como introduzir flexibilidade organizacional e institucional?

Esta flexibilidade é indispensável para aumentar a eficiência no uso dos recursos, recrutar e premiar os bons professores e demitir os maus, e para inovar e experimentar na área de ensino. A proposta é criar um sistema de distribuição de recursos em bloco para as universidades públicas, dando a elas liberdades para decidir sobre sua utilização. Acabar com a uniformização nacional, regional e mesmo interuniversitária de salários. Criar sistemas de avaliação global do desempenho das universidades, para a distribuição anual dos recursos.

Como enfrentar a questão do ensino profissional deficiente?

Proposta: dedicar uma parte cada vez maior do ensino superior à formação global, deixando o treinamento profissional para o próprio mercado de trabalho ou escolas especializadas. Acabar com a uniformização dos currículos mínimos.

Como introduzir pluralismo?

A idéia de um "modelo único" para o ensino superior é utópica, nunca foi implementada em nenhuma parte, e só tem como conseqüência a desvalorização dos que divergem do suposto padrão. Esta realidade deve ser reconhecida.

Proposta: que floreçam as cem flores. É necessário aceitar a coexistência de pelo menos três tipos de ensino superior:

a) os dedicados à formação geral, com ênfase em ciências sociais, humanidades ou ciências naturais, e destinado a completar a cultura geral dos alunos, prepará-los para o ensino secundário e para carreiras de docência e ensino superior.
b) os dedicados à formação profissional curta (técnicos de nível superior, serviço social, enfermagem etc.)
c) os dedicados à formação profissional longa (Medicina, Engenharia, etc.)

Há que examinar também se a noção de "licenciatura" para o ensino secundário, com exigências de cursos de didática, não se tornou obsoleta. Hoje em dia, um PhD em Física formado no exterior não pode ensinar em uma escola secundária brasileira, por falta desta "licenciatura".

Que fazer com a pesquisa?

A Universidade deve continuar sendo a base da parte mais importante da pesquisa que se faz no país. No entanto, é importante distinguir a pesquisa, como atividade profissional do pesquisador, e o trabalho de estudo e ampliação de conhecimentos, obrigação de todos os professores. É importante também que a pesquisa seja protegida, dentro da Universidade, dos outros interesses também legítimos que a Universidade abriga. Propostas: acabar com o princípio da "indissolubidade do ensino e da pesquisa". Reconhecer que algumas universidades, departamentos, carreiras ou pessoas podem ter vocação para a pesquisa, outras para o ensino profissional, outras para a formação cultural mais ampla. Fortalecer o princípio de apoio externo e direto ao pesquisador, oriundo de intituições como o CNPq ou FINEP. Fortalecer, nesta instituições, os mecanismos de avaliação por pares. Institucionalizar uma carreira permanente de pesquisadores do CNPq a nível federal, que possa coexistir com as carreiras universitárias. Aumentar a capacidade dos departamentos de pesquisa de assinar convênios, complementar salários, receber e enviar professores visitantes etc.

Que fazer com a demanda incontida por mais educação superior?

Em parte, a própria crise atual já vem reduzindo esta demanda. Algumas medidas importantes, no entanto, poderiam ser tomadas: reduzir ao máximo a legislação corporativa e credencialista das profissões. Transferir às associações profissionais a responsabilidade de aferir a competência profissional dos seus membros. Acabar com o registro federal de diplomas. Eliminar o controle oficial e o monopólio profissional destas associações. Introduzir o princípio da liberdade de trabalho.

Que fazer com o ensino superior privado?

O ensino privado é um direito para quem o dá e para quem o compra, que não deve ser cerceado. A eventual subvenção à educação privada, no entanto, já é uma questão de política pública. Em princípio, instituições privadas que dão ensino de qualidade, fazem pesquisas etc. são tão merecedoras de apoio público quanto as demais.

Que fazer do Ministério da Educação?

O Ministério da Educação deve reduzir seu papel normativo e regulatório, e abandonar suas funções de controle minucioso e apriorístico das universidades. No seu lugar, deve tratar de implantar serviços de acompanhamento, avaliação, experimentos didáticos e curriculares, e apoio ao ensino e à pesquisa. Algo semelhante ao que a CAPES faz hoje com o ensino de pós-graduação deve ser desenvolvido para o ensino de graduação. Ao Ministério – e não, exclusivamente, à revista *Playboy* – cabe a responsabilidade de dizer ao país quais são os cursos bons e os ruins, o que se aprende em cada um deles, e as políticas nacionais de financiamento à educação devem ser coerentes com isto.

Uma tarefa importante do Ministério da Educação é a de tratar de corrigir, na medida do possível, as desigualdades regionais. Isto requer a identificação ou criação de programas educacionais promissores em regiões mais pobres, e uma política de financiamento que os favoreça. É fundamental, no entanto, que esta política diferenciada seja acompanhada por avaliações fidedignas da qualidade do que está sendo feito, para evitar que o argumento da pobreza regional seja utilizado, simplesmente, para ocultar a mediocridade.

As universidades não podem ser controladas politicamente pelas corporações dos que nelas trabalham ou estudam, porque elas pertencem a toda a sociedade. Elas não podem ser tratadas como um setor qualquer da burocracia pública, cujos dirigentes e funcionários são substituídos ao sabor dos partidos políticos no poder. Elas não podem ser reduzidas a extensões de partidos políticos, seja do governo, seja da oposição.

O que se necessita são sistemas mistos que envolvam, por uma parte, seus representantes mais qualificados e, por outra, membros do governo, de associações profissionais, sindicatos e outros setores da sociedade que nela tenham interesse. Conselhos com estas características podem ser implantados tanto para supervisionar cada univer-

sidade individualmente quanto para acompanhar a evolução e os problemas do sistema universitário nacional como um todo. Do prestígio e reputação das universidades dependerá sua capacidade em resistir às eventuais interferências e incompreensões que vierem destes outros setores da sociedade. Delas deverá vir, também, a capacidade de mostrar a importância e a qualidade do que estão fazendo, e solicitar o apoio financeiro e político que precisam.

A Universidade e a crise*

JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI – Universidade de São Paulo.

I

Foi-se o mundo de antigamente. A revolução tecnológica alterou por completo nossas relações com a natureza e com o outro. Vivemos mergulhados numa segunda natureza constituída de máquinas sábias, verdadeiros raciocínios ambulantes dos quais pegamos o começo e o fim. O protótipo da máquina moderna, o computador, não tem nada a ver com a ferramenta, que prolonga o gesto e poupa esforços; consiste na encarnação duma teoria, saber feito material volátil, que por si só a verifica e abre um espaço inédito que o conhecimento do indivíduo nunca poderia desenhar. O computador é um cientista coletivo posto à disposição do pesquisador ou da dona-de-casa. Por isso reúne, no seu pequeno intervalo, a teoria e a prática, sendo o exemplo mais extraordinário de como a ciência neste século se transformou numa força produtiva. Se, na verdade, pode ser objeto de consumo individual, jogo de salão moderno, é quando se integra numa fábrica ou numa instituição prestadora de serviços que cumpre seu destino social.

Mas nem só de computador vive o homem moderno. O telefone, a televisão, o processador de palavras, o avião ultra-rápido são peças de sistemas diante dos quais cada um se põe isoladamente, fascinado pela máquina como se ela fosse uma tela de cinema que, no escuro, abole o pensamento próprio. Nada mais próximo do que a voz que fala do outro lado da linha, ouvimo-la como se estívesse ao lado. Enquanto porém o outro visível foge de nosso arbítrio e resiste a nossos caprichos, a voz alheia no aparelho depende duma ligação desejada e está sempre à mercê daquela ira que bate um telefone na cara. Desse modo, a confissão mais íntima vive sob a ameaça dum corte abrupto, que empresta à individualidade contemporânea o caráter duma mônada sem janelas. A ilusão narcísica é contraparte da cientificação da natureza.

Insulado nas metrópoles populosas, o homem nunca esteve tão só. A vizinhança, a comunidade de base e outras formas modernas de associações sociais são passageiras diante dos grandes acontecimentos de massa. Pela manhã, uma ponderável parte da população de São Paulo acompanha um locutor de rádio que lhe conta as aventuras do mundo: aos domingos, ela se agarra num programa de televisão que dura o dia inteiro. Vale a pena notar dois traços de programas como estes: de um lado, contêm de tudo, é como se passassem em revista o próprio universo; de outro, sua longa duração, que compete com qualquer peça japonesa. Não há dúvida de que as pessoas não os assistem o tempo todo. O jardineiro continua sua faina enquanto carrega de lá para cá seu rádio de pilha, e a moça no domingo se ocupa disto ou daquilo enquanto espia continuadamente, com o rabo do olho, seu herói favorito.

Não imaginemos que tais fenômenos atinjam apenas as classes populares, eles se repetem, noutros termos, com outras classes. O pebolim ou o *video game*, o disco ou o videocassete são, do mesmo modo, acontecimentos que massificam individualidades esgarçadas. Sem os apoios das comunidades tradicionais, particularmente da família que, hoje em dia, se espatifa por todos os lados, a pessoa encontra sua individualidade nesses longos

* Publicado em *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, *10*: 32-41, 1984.